



CÂMARA MUNICIPAL DE OROCO
ESTADO DE PERNAMBUCO
CASA JOÃO FRANCISCO BARBALHO



Documento Assinado Digitalmente por: IGHOR ROBERTO DE SOUZA CRATEU ARAUJO, TADEU ANDRE BEZERRA DE SANDE
Acesse em: <https://cdoc.tcd.pe.gov.br/validar>
Código do Documento: 055e5e2631410c-bde9-31f8767d067b

05- FOI REALIZADA A CONCESSÃO DE 01 (UMA DIÁRIA) AO VEREADOR JOÃO XAVIER DA SILVA , CONFORME O EMPENHO Nº174/2024 NO VALOR DE R\$220,00 (DUZENTOS E VINTE REAIS), REFERENTE A SUA IDA A CIDAD DE:SALGUEIRO, ESTADO: PE, NO PERÍODO DE 03/09/2024 PARA PARTICIPA DE UMA REUNIÃO SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ANOS DE 2019/202 CONFORME CONVITE E REQUERIMENTO

06- FOI REALIZADA A CONCESSÃO DE 01 (UMA DIÁRIA) A VEREADORA JACIELMA DA SILVA SANTOS, CONFORME O EMPENHO Nº172/2024 NO VALOR DE R\$500,00 (QUINHENTOS REAIS), REFERENTE A SUA IDA A CIDAD DE:RECIFE, ESTADO: PE, NO PERÍODO DE 03/09/2024 PARA UMA REUNIÃO COM O DEPUTADO FEDERAL CLODOALDO MAGALHÃES, PARA TRATAR DE ASSUNTOS DO MUNICIPIO DE OROCO-PE,CONFORME CONVITE REQUERIMENTO

08- CONTROLE DE VEÍCULO E DESPESAS COM COMBUSTÍVEL

Foi verificado que:

- a) Os serviços de manutenção estão sendo realizados, principalmente de revisão.
- b) O controle de viagens de veículo contém informações como: motivo da viagem, nome do condutor, horário de saída e chegada, quilometragem e outras informações;

TABELA ATUALIZADA DOS VALORES GASTOS COM COMBUSTÍVEL PELO PODER LEGISLATIVO

MÊS	VALOR
JANEIRO/2024	R\$ 3.945,00



CÂMARA MUNICIPAL DE OROCÓ

ESTADO DE PERNAMBUCO
FEVEREIRO/2024 R\$ 3.904,00
CASA JOÃO FRANCISCO BARBALHO



MARÇO/2024	R\$ 3.935,00
ABRIL/2024	R\$ 3.984,00
MAIO/2024	R\$ 3.853,00
JUNHO /2024	R\$3.837,00
JULHO/2024	R\$4.100,00
AGOSTO /2024	R\$3.947,00
SETEMBRO /2024	R\$ 3.915,00
TOTAL GERAL	R\$ 35.420,00

09- GESTÃO CONTÁBIL

A gestão contábil está intimamente ligada a todos os processos realizados na Administração da Câmara. Cabe a contabilidade, manter a escrituração correta de todos os lançamentos contábeis, bem como na elaboração dos quadros e balanços, acompanhamento da execução orçamentária e financeira, prestação de contas, encaminhamentos de relatórios a órgãos fiscalizadores, entre diversas atividades. Nesse sentido verificamos que:

- O plano de contas é utilizado corretamente;
- Os gastos com pessoal não ultrapassaram o limite, com relação á Receita corrente liquida, estabelecido pelo Lei Complementar nº 101 de 2000(LRF)
- O relatório de Gestão Fiscal foi elaborado e publicado nos prazos legais;
- O RGF relativo ao 1º quadrimestre de 2024 foi informado ao SICONFI dentro do prazo estipulado e publicado no Portal da Transparência em 29/05/2024.
- Houve o total cumprimento da obrigação de alimentação do Sistema do Publica em seu devido prazo legal.

10-RECURSOS HUMANOS

Os procedimentos de auditoria na área de administração de pessoal objetivam a verificação do atendimento dos princípios constitucionais da legalidade,





CÂMARA MUNICIPAL DE OROCÓ

impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como todas as legislações que tratam esse assunto. Nesse sentido verificamos que

ESTADO DE PERNAMBUCO
CASA JOÃO FRANCISCO BARBALHO



Documento Assinado Digitalmente por: IGHOR ROBERTO DE SOUZA CRATEU ARAUJO, TADEU ANDRE BEZERRA DE SANDE
Assesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c0b4e5ec-12b2-440e-bde9-31f8267d065b

- Todos os acréscimos concedidos em folha de pagamentos dos funcionários estão legalmente protegidos (portarias e leis);
- Não há servidores recebendo horas extra indevidamente;
- Não há servidores com mais de uma férias vencida;
- Não foram concedidas licenças;
- Não foi apresentado nenhum atestado médico.

11-AGENTES POLÍTICOS

Na análise da Remuneração dos Agentes Públicos, verificou-se que:

- A remuneração dos agentes políticos está sendo paga de acordo com a Lei Municipal Vigente;
- não há ocorrência de adiantamento de parte da remuneração aos Agentes Políticos sem previsão legal;
- Não há pagamentos relativos à gratificação sem previsão legal;
- Está sendo descontado o imposto de renda sobre a remuneração paga aos agentes políticos, nos termos da legislação vigente;
- Não há acúmulo remunerado de cargo/ função pública.

12- TRANSPARÊNCIA

Com relação a transparência, verificou-se que:

- São divulgadas, na página eletrônica, as informações alusivas a Procedimentos licitatórios e ações governamentais, a produtividade legislativa, folha de pagamento e contratos licitatórios e administrativos;

13-APURAÇÃO DE DENUNCIAS

Não houve.

14-PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS